

Relatório final do GT de Espaços do Fórum Estadual de Cultural

O Grupo de Trabalho que se dispôs a discutir os espaços da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel) foi formado durante o Fórum Estadual de Cultura. Ele foi composto pelo seguintes membros:

- Tetê Caetano;
- Vera Bicalho;
- Pablo Kossa;
- MC Dyskreto;
- Ana Carolina Wenceslau;
- Norval Berbari;
- Vânia Ferro.

Como metodologia de trabalho, foram definidas pelos grupo oito reuniões que se estenderiam ao longo dos meses de maio, junho e julho, no período vespertino, no espaço do Centro Cultural Martim Cererê. Além disso, o grupo pegou como pilar de sustentação teórico o Plano Nacional de Cultura (PNC) do Ministério da Cultura (MinC), de onde foram tirados os objetivos gerais que devem nortear a gestão de todos os espaços públicos destinados à Cultura sob a administração da Agepel e apontamentos específicos sobre cada um dos listados.

Todos os membros do GT fizeram a leitura do material condensado de todas as falas do Fórum e levantaram algumas palavras chave que remetiam a um conceito maior, que resumiria toda a expectativa do setor cultural no que tange os espaços. O termo categorizado pelo grupo foi **DEMOCRATIZAÇÃO**. Partindo dessa ideia, foram levantados objetivos gerais que contemplariam essa noção dentro dos espaços públicos da Agepel.

A primeira preocupação do GT foi o acesso por parte do público e a acessibilidade facilitada à produção de novos agentes da Cultura no espaço gerido pela Agepel. Como sugestões para isso foram levantados cinco pontos principais:

- 1- A elaboração de um edital de pauta para espaços onde a agenda é mais concorrida. Uma equipe técnica da Agepel faria uma pesquisa em editais de pauta de outros estados e, discutindo com os agentes culturais da cidade, chegaria a um modelo de edital que fosse coerente com a nossa realidade;
- 2- A equipe de trabalho deve ser antes de tudo técnica e formada por gente que tenha lastro com a Cultura. Para isso a Agepel deve investir em cursos de qualificação em áudio, iluminação e gestão/administração pública para que a formação dos servidores não fique defasada ou, na pior das hipóteses, nunca aconteça;
- 3- A segurança do equipamento público deve ser prioridade e nunca poderá ser deixada em segundo plano. O patrimônio físico dos espaços da Agepel deve ser preservado para que mais produtores culturais e público tenham acesso aos mesmos;
- 4- O dinheiro pago como aluguel dos espaços deve permanecer no próprio espaço, sendo reinvestido em melhorias, limpeza e manutenção. O gestor deve ser responsável por uma prestação de contas detalhada e que será publicada mensalmente na internet, por meio do site da Agepel;
- 5- A Agepel deve elaborar um manual de produção cultural, com um passo a passo para que novos produtores possam entender os passos burocráticos para a realização de um evento nos mais variados espaços e todos os procedimentos e autorizações que o envolvem. Isso democratiza o acesso de novas pessoas que pretendem trabalhar com a Cultura recebam uma instrução mínima para isso.

Entrando na parte específica de cada espaço, começamos com os museus e galerias. A Vânia Ferro fez uma visita em alguns locais de Goiânia que estão sob a gestão da Agepel e foram levantados também alguns pontos de atenção urgente por parte do poder público.

- 1- O uso de um espaço da Cultura, destinado às artes plásticas e dança, pela Polícia Militar não pode mais continuar;
- 2- O Centro Cultural Marieta Telles Machado, após a reforma, deve ter um plano de ocupação por parte das artes plásticas, discutindo essas ideias com as entidades representativas desse segmento cultural;
- 3- Otimização do uso do espaço público para potencializar a exposição de novos artistas. Um exemplo seria o uso do salão principal do MAC com esse intuito;
- 4- A Agepel deve formar um conselho curador das artes visuais composto por membros do segmento cultural, que trabalhariam em esquema de rodízio periódico. A missão desse conselho seria promover a intercalação de grandes nomes com exposições coletivas de jovens artistas, fazendo a integração entre ambos universos. Além disso, esse conselho teria ainda a meta de promover uma melhor distribuição da pauta das galerias.

Sobre os espaços destinados ao teatro e música, como o Centro Cultural Martim Cererê e Teatro Goiânia, foi discutido sob o enfoque dos custos de produção nesses locais. A sugestão é que se possa ampliar as possibilidades de pagamento de aluguel por parte do produtor.

- 1- A proposta de que se cobre uma taxa fixa ou 10% da bilheteria recolhidos no dia do evento, sendo que essas opções são de escolha do produtor do evento;
- 2- Possibilidade de diminuir em 50% do custo do aluguel caso as logomarcas da Agepel e do Governo do Estado de Goiás sejam inseridas em todo material de divulgação (imprensa, flyers, cartazes, rádio...) do espetáculo;
- 3- Possibilidade de isenção completa do valor do aluguel na hipótese de ser um espetáculo com entrada franca ao público.

Para a ocupação dos espaços culturais do interior, a sugestão é que a Agepel organize um edital de circulação de artistas dos mais variados segmentos, onde uma caravana da cultura pudesse circular no estado, fazendo o intercâmbio entre interior e capital, pois na mesma data em que um grupo de artistas de Goiânia, por exemplo, estivesse em Catalão, um grupo de artistas de Catalão estaria em Goiânia ocupando um espaço público da Agepel.

Por fim, acreditamos que as linhas gerais tiradas de nossas discussões podem ser aprofundadas e debatidas com mais propriedade caso a caso, em grupos específicos por espaço. Cine Cultura, Gibiteca Jorge Braga, bibliotecas, Gustav Ritter... Enfim, todos os espaços da Agepel devem seguir os preceitos básicos da democratização para que a comunidade e os artistas se sintam efetivamente donos dos espaços públicos direcionados à Cultura no Estado de Goiás.